

RECRIART, TRABALHO E CIDADANIA: A HISTÓRIA DE UM EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO DO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Recriart, work and citizenship: the story of a solidarity economic enterprise in the field of mental health

Lisabelle Manente Mazaro¹
Iolanda Cristina Barberio²
Isabela Aparecida de Oliveira Lussi³

Artigo encaminhado: 19/04/2021
Artigo aceito para publicação: 11/09/2023

RESUMO

No Brasil, o acesso das pessoas em sofrimento psíquico ao trabalho tem se dado, predominantemente, por meio da economia solidária, especialmente por sua racionalidade ética, humana e inclusiva. A economia solidária, por sua ideologia, princípios básicos, formas de produção e organização sociocultural tem revelado seu potencial emancipatório. O trabalho, nessa perspectiva, exerce importante papel no processo de reabilitação psicossocial dessas pessoas. O objetivo deste artigo é narrar a história do Recriart, um empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental, desde sua concepção até os dias atuais, desenhando sua linha do tempo. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, que lança mão da linha do tempo enquanto ferramenta de sistematização da experiência, com os resultados analisados de maneira descritiva. Os resultados apontam para a constituição do Recriart em 2006 com o objetivo de inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico por meio do trabalho e, ao longo de seus 14 anos de existência, passou por algumas mudanças e adaptações, conquistando espaço e visibilidade no município e tornando-se uma referência de acesso ao trabalho para os usuários da Rede de Saúde Mental de São Carlos/SP. O trabalho exercido no Recriart permite aos seus trabalhadores a vivência de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real, as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta.

¹ Doutora em Terapia Ocupacional. Docente e Coordenadora Pedagógica do Curso de Terapia Ocupacional do Centro Universitário Ingá – UNINGÁ. mazarolisabelle@gmail.com

² Terapeuta Ocupacional. Especialista em Saúde Mental, Saúde da Família e Comunidade e Saúde Pública. Terapeuta Ocupacional na Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e na Prefeitura Municipal de São Carlos. yolanda.barberio@gmail.com

³ Doutora em Ciências – Programa de Enfermagem Psiquiátrica. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. bellussi@ufscar.br

Palavras-chave: Saúde mental. Economia solidária. Trabalho. Inclusão social pelo trabalho. Linha do tempo.

ABSTRACT

In Brazil, the access of people in psychological distress to work has been predominantly through the solidarity economy, especially for its ethical, human, inclusive, and solidarity rationality. The solidarity economy, for its ideology, basic principles, forms of production, and sociocultural organization has revealed its emancipatory potential, and work, in this perspective, plays an important role in the psychosocial rehabilitation process of these people. The objective of this article is to narrate the history of Recriart, a solidarity economic enterprise in the field of mental health, from its conception to the present day, drawing its timeline. This is a descriptive study, with a qualitative approach, which uses the timeline as a tool to systematize the experience, with the results analyzed descriptively. The results show that Recriart was founded in 2006, with the goal of social inclusion of people in mental distress through work and, throughout its 14 years of existence, it has undergone some changes and adaptations, conquered space and visibility in the city, becoming a reference of access to work for users of the Mental Health Network of São Carlos/SP. The work carried out in Recriart allows its workers to experience alternatives that fit into the horizon of concrete possibilities, adding to the real, the possibilities and future expectations that it holds.

Keywords: Mental health. Solidarity economy. Work. Labor social inclusion. Timeline.

1 INTRODUÇÃO

Em 23 de dezembro de 2011, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) por meio da Portaria nº 3.088 (BRASIL, 2011), tendo sido atualizada e republicada, em 21 de maio de 2013 (BRASIL, 2013). Sua finalidade “é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde” (BRASIL, 2013). Constituída por diferentes componentes, destacamos aqui o componente Reabilitação Psicossocial, descrito no Art. 12 da portaria, formado por iniciativas de trabalho e geração de renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais (BRASIL, 2013).

§ 1º As ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial desenvolvidas em iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais têm como objetivo a inclusão produtiva, a formação e a qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

§ 2º As iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais de que trata o § 1º deste artigo devem articular sistematicamente as Redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares (BRASIL, 2013).

As iniciativas da Economia Solidária “congregam a luta pela renda com a luta pelos direitos sociais” (MARTINS, 2009, p. 31). Isso significa dizer que tais experiências operam a partir de uma lógica ampliada, não estando restritas apenas à produção imediata de renda. São “orientadas pelo compromisso com a sociedade e com a emancipação dos trabalhadores” (MARTINS, 2009, p. 31-32). Nesse sentido, a economia solidária na saúde mental diferencia-se pela valorização do trabalho como possibilidade de estar no social de forma mais integral (ALVES, 2016).

Nestas iniciativas, “a luta pela melhoria das condições materiais de vida dos membros dos setores populares está intrinsecamente relacionada à luta pelos direitos e cidadania destes setores” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 335). Os trabalhadores que estão marginalizados pela sociedade têm, na ação coletiva, a oportunidade de garantir o seu direito a um trabalho remunerado (BHOWMIK, 2005).

No Brasil, a economia solidária não é uma prática recente, todavia, passou por um processo de ressurgimento durante o século XX (SINGER, 2005). Não obstante, foi apenas em 2003, por meio do Decreto nº 4.764, que o Ministério do Trabalho e Emprego criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), fundamental para legitimar e incentivar a criação de um maior número de cooperativas de trabalho e empreendimentos econômicos solidários em todo o território nacional (SANTOS, 2016), incluindo as experiências no campo da saúde mental.

Dois anos depois, Singer (2005) nota que a economia solidária se desenvolvia muito rapidamente no Brasil. Sua proporção era tímida diante da grandeza do país e de sua população, “mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária” (SINGER, 2005, p. 127).

Em 2004, foi inaugurada a parceria entre a Área Técnica de Saúde Mental, do Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das experiências de inclusão social pelo trabalho na área da saúde mental (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2006a). No período entre 2004 e 2019 (ano em que houve a extinção da SENAES e do Ministério do Trabalho e Emprego), foram traçadas políticas públicas que buscavam o protagonismo dos projetos de inclusão social pelo trabalho na área da saúde mental, tendo em vista as experiências de trabalho associado, cooperado e autogerido. Apesar dos importantes avanços, observa-se uma falta de investimento em tais projetos desde então.

Apesar desse cenário desanimador, no contexto brasileiro é possível observar que a (re)inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho tem se dado por meio da economia solidária e pela articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária que desenha-se como uma tecnologia social necessária para que ocorra a reconstrução dos três cenários fundamentais na reabilitação psicossocial das pessoas: habitat, rede social e trabalho (SANTOS, 2016).

Em tempos de retrocessos como o atual, a proposta de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental mostra-se como uma tecnologia transformadora de cuidado, trabalho e organização social, além de construir alternativas de vida que rompem com práticas históricas de exclusão social (SAYEG, 2017). Considerando um contexto cercado de desafios para gerar trabalho com valor social e econômico às pessoas em sofrimento psíquico, o encontro com o movimento e as políticas de economia solidária viabiliza conquistas e avanços aos projetos de inclusão social pelo trabalho (PINHO, 2015).

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo narrar a história do Recriart, um empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental, desde sua concepção até os dias atuais, desenhando sua linha do tempo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, que utiliza a linha do tempo enquanto ferramenta de sistematização da experiência do Recriart.

Estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis do fenômeno estudado e têm como propósito “apresentar um panorama do fenômeno a que se faz referência (uma ‘fotografia’)” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 101).

A abordagem qualitativa possibilita uma maior apreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais estudados, permitindo a compreensão da dinâmica interna de grupos e processos (MINAYO, 2014). Portanto, torna-se a mais adequada para pesquisas de temáticas como a deste estudo.

A linha do tempo é um instrumento didático que possibilita a reconstituição e apresentação de uma sucessão de acontecimentos, possibilitando assim, a compreensão da trajetória das experiências vivenciadas coletivamente ao longo de um intervalo de tempo. Essa metodologia tem sido utilizada na sistematização das experiências em Economia Solidária (CFES NACIONAL, 2012).

O presente artigo é um recorte de uma tese de doutorado cujo campo do estudo foi o Recriart – Reciclando e Fazendo Arte, um empreendimento econômico solidário, constituído por pessoas em sofrimento psíquico, usuários da Rede de Saúde Mental do município de São Carlos/SP.

Para a construção da Linha do Tempo do Recriart, foram utilizadas algumas fontes de informações, tais como, a entrevista realizada com uma profissional da equipe de incubação que acompanha o grupo desde seu início até os dias atuais. Vale ressaltar que a entrevista foi mediada por um roteiro de apoio com os principais pontos a serem abordados. Além disso, integrou a coleta de dados do estudo⁴ constituindo-se como a maior fonte de informações sobre o Recriart.

Como fonte bibliográfica, destaca-se o capítulo de um livro que narra parte da história do Recriart (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014), trazendo informações fornecidas pelo Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da UFSCar, que participou da equipe de incubação do grupo.

Também para a coleta de dados, foi consultada a rede social de divulgação do grupo, a página do *Facebook*, (RECRIART, 2021), utilizada para divulgação do material e para realização de encomendas.

A análise dos resultados foi descritiva, uma vez que proporciona uma visão do comportamento geral do conjunto de dados em relação ao objetivo do estudo (BUSSAB; MORETTIN, 1987).

⁴ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar sob o parecer número 3.259.508, seguindo as especificações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

3 RESULTADOS

O Recriart – Reciclando e Fazendo Arte é um empreendimento econômico solidário formado por usuários da Rede de Saúde Mental, localizado no município de São Carlos/SP. O grupo nasceu em agosto de 2006 e, desde então, o seu principal objetivo é a inclusão social das pessoas por meio do trabalho. O Recriart recicla papel e cria artesanato com esse material, como: agendas, blocos de anotações e rascunho, cadernos, cartões, marcadores de livros, pastas etc. (RECRIART, 2021).

A ideia da criação do Recriart surgiu a partir da preocupação e responsabilidade da equipe de profissionais do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) – São Carlos/SP diante do processo de alta e da necessidade de inclusão social dos usuários, além de ser uma demanda constante das famílias dos usuários, que traziam consigo essa expectativa. Desse modo, a equipe passou a discutir estratégias alternativas de inclusão por meio do trabalho, uma vez que nas tentativas realizadas no mercado formal não obtiveram sucesso, e, na maioria das vezes, voltavam em crise. Permaneciam pouco tempo no trabalho, cerca de 2 ou 3 meses e voltavam em situação crítica para o CAPS II. Assim, a equipe iniciou alguns movimentos alternativos ao trabalho formal.

Após duas tentativas frustradas de procura por um emprego, por meio das assembleias e da parceria com uma professora do curso de Enfermagem da UFSCar que acompanhava os usuários do CAPS II, os profissionais do CAPS começaram a pensar e estruturar o Recriart, um empreendimento que nasceria a partir dessas duas experiências e que não poderia ser instalado dentro do serviço. Dessa forma, as pessoas partiram para uma nova experiência, sendo esta, externa ao local de tratamento, o que se tornou o grande diferencial da proposta.

Nessa época, foi realizada uma assembleia com as 32 pessoas, as quais, além de estarem habilitadas ao trabalho, tinham esse desejo. Nesse encontro foram apresentadas 3 propostas para a criação de um novo empreendimento: a) serviços que incluíam pequenos reparos domésticos, cuidados de jardinagem e higienização de caixas d'água; b) panificação, uma proposta apresentada pelos próprios usuários; c) tarefas com papel. A opção escolhida foi a de trabalho com o papel.

Foi então que a equipe de profissionais do CAPS II iniciou a busca por um espaço físico que comportasse 32 pessoas trabalhando com reciclagem de papel. Concomitantemente à essa busca, a professora supracitada iniciou um diálogo com a Incubadora de Cooperativas Populares – INCOOP, da Universidade Federal de São

Carlos⁵ que, até então, não trabalhava com grupos constituídos por usuários da saúde mental. Foi então que a profissional responsável por acompanhar e apoiar o grupo, gestora do CAPS II na época, procurou a INCOOP/UFSCar e fez uma proposta de parceria para incubação do empreendimento. Essa parceria determinava as seguintes incumbências: a equipe do CAPS II faria assessoria na área da saúde mental para a equipe da INCOOP/UFSCar e esta, em contrapartida, assessoraria a equipe do CAPS II nas questões relativas à economia solidária e trabalho. Firmaram-se, então, duas equipes de apoio: a da Secretaria de Saúde e a da INCOOP/UFSCar. Instaurada a parceria, transcorreram 6 meses de diálogos e, após esse período, em uma fala de um professor da INCOOP/UFSCar sobre economia solidária para os profissionais do CAPS II, foi realizado o convite para aqueles que se sentissem motivados, integrarem a equipe de incubação. Participaram da equipe de incubação, pela Secretaria Municipal de Saúde, quatro auxiliares de enfermagem, um psicólogo e uma terapeuta ocupacional, que também estava na gestão do CAPS II naquele momento.

A equipe da INCOOP/UFSCar, então, (re)iniciou, juntamente com a equipe do CAPS, a busca por um espaço físico onde o Recriart pudesse se instalar. Nesse esforço, por intermédio de uma docente vinculada à INCOOP/UFSCar, aposentada do departamento de Engenharia de Materiais da UFSCar, que coordenava o Núcleo de Reciclagem de Resíduos, denominado 3Rs, foi cedido um espaço neste laboratório para o desenvolvimento das atividades do Recriart, uma vez que trabalharia com reciclagem de papel.

Após, aproximadamente, um ano do início desse trabalho de formação e incubação, o grupo teve, então, sua origem no dia 06 de agosto de 2006, por meio da parceria entre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - Secretaria Municipal da Saúde e a Incubadora de Cooperativas Populares – INCOOP da Universidade Federal de São Carlos, que juntos constituíram a equipe de incubação, responsável pelo assessoramento do grupo em sua implantação e processo de consolidação (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

O apoio financeiro para a constituição do empreendimento foi oriundo, principalmente, de projetos desenvolvidos pela INCOOP/UFSCar com foco no fomento de empreendimentos econômicos solidários, da Secretaria Municipal de Saúde de São

⁵ A INCOOP/UFSCar foi a antecessora do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol/UFSCar. Apesar de ter mudado de nome, utilizaremos neste texto o antigo nome em respeito ao momento a que se refere o texto.

Carlos e também pela participação do Recriart em editais do Ministério da Saúde com financiamento tanto de materiais de consumo quanto de equipamentos (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

Em meados de 2008, o grupo resolveu que precisava diminuir o número de trabalhadores e, a partir desse momento, os membros que fossem saindo, não seriam substituídos por novos integrantes. Essa era uma forma também de tentar melhorar a renda, pois, quanto maior o número de trabalhadores, menor o valor das retiradas. Conforme as pessoas iam deixando de fazer parte do Recriart, esse número ia diminuindo, ao passo que se chegou a um total de 24 pessoas, um número que o grupo entendeu ser adequado considerando o espaço físico utilizado.

Desde o início das atividades, o Recriart aprimorou a técnica de reciclagem e confecção de produtos, conheceu outros EES do mesmo âmbito em visitas semestrais e habitualmente, convidava pessoas de outros lugares a fim de capacitar os trabalhadores, sempre em parceria com a INCOOP/UFSCar. Experimentou, ainda, outras formas de organização, sempre seguindo os princípios da Economia Solidária. O apoio da INCOOP/UFSCar, por meio da cogestão, foi imprescindível para o avanço do Recriart, isso porque, além do incentivo financeiro que vinha por meio de projetos de extensão, também possibilitava acesso à aprendizagem, formação e capacitação de forma interdisciplinar (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

O processo foi sendo assim construído até meados de 2013, quando ocorreu a mudança na gestão municipal. O Recriart, que sempre foi muito apoiado e incentivado, tanto pela INCOOP/UFSCar, quanto pela gestão municipal, passou a viver um outro momento. Até então, a prefeitura municipal comprava muitos produtos confeccionados pelo Recriart, efetivando-se como clientela principal. Essa relação foi perdida no momento de transição de gestão. Uma outra perda significativa se deu em relação aos profissionais da Secretaria de Saúde que acompanhavam o processo de incubação, os quais foram retirados nesse momento. Perdeu-se também o suprimento de materiais de consumo, uma vez que a lista de compras do Recriart era, até então, incorporada à lista de compras do CAPS II.

Em suma, foi no início de 2013 que o Recriart perdeu a contrapartida da prefeitura nessa cogestão, cujo apoio se fazia com a disponibilização dos profissionais, material de consumo e material permanente. A partir daí permaneceu apenas a parceria com a INCOOP/UFSCar, contando com um técnico de apoio, alunos vinculados aos projetos de extensão, material de consumo e material permanente. Foi nesse momento também que

a profissional que acompanhava o grupo, até então gestora do CAPS II, foi comunicada sobre a decisão do encerramento das atividades do Recriart. Diante de tais mudanças, a única opção para o não fechamento do Recriart seria que a profissional que acompanhava e apoiava o grupo assumisse a coordenação das atividades do empreendimento, incorporando tal responsabilidade a um de seus vínculos trabalhistas. Foi um momento crucial, porém, ela optou por continuar no empreendimento, mesmo que ele não fizesse mais parte da hierarquia de prioridades da Secretaria, tendo em vista as transformações que vinham sendo geradas na vida dos trabalhadores.

A partir daí, até 2018, ou seja, durante 5 anos, o Recriart contou com o apoio exclusivo da INCOOP/UFSCar, nesse momento já renomeada como Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar). Em maio de 2016, houve a mudança na presidência do Brasil e, com assunção, interinamente, de Michel Temer como presidente da república, houve uma redução de investimentos em projetos de extensão universitária, o que repercutiu diretamente nas atividades do Recriart. Os projetos de extensão universitária sofreram um corte drástico de recursos, e aqueles com financiamento advindo do Ministério da Educação, por meio do Edital PROEXT, deixaram de existir. Nesse momento, o número de estudantes bolsistas que acompanhavam o grupo na equipe de incubação diminuiu muito, assim como a verba de projetos que era investida no Recriart também foi diminuindo até deixar de existir. Em meados de 2018, foi encerrado o último projeto financiado pelo Edital PROEXT, desenvolvido pelo NuMI-EcoSol, o que conferiu ao empreendimento uma nova conotação. Nesse período, também, foi identificado que o grupo já tinha acumulado experiência como um empreendimento econômico solidário e não necessitava mais de assessoria da equipe do NuMI-EcoSol/UFSCar cotidianamente, ficando decidido, então, que a assessoria se daria em momentos pontuais. Assim, os trabalhadores continuaram a conduzir o empreendimento apenas com o apoio cotidiano da profissional que os acompanhava.

Vale acrescentar que, paralelamente às atividades de produção de papel e confecção de objetos artesanais, em 2014, um dos trabalhadores do Recriart propôs a criação de um espaço para a reprodução de cópias dentro da UFSCar. O grupo entendeu que essa seria uma forma de melhorar a renda e aceitou o desafio. Naquele momento, o Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFSCar, órgão que gerenciava alguns espaços de fotocópias dentro da universidade, lançou um edital para a locação de um espaço que estava prestes a ser desocupado. O Recriart concorreu e venceu o edital, locou o espaço

e as máquinas e lá trabalhou durante um ano. No entanto, precisou encerrar tal atividade por conta de uma reforma, cujo prazo de término não estava previsto, o que inviabilizaria uma renovação de contrato, tanto com o espaço quanto com as máquinas. Desde quando iniciou nesse ramo, o Recriart submeteu um projeto para compra de máquinas de xerox, porém, quando foi contemplado, o espaço já não estava mais ativo. O grupo foi em busca de outros espaços dentro da UFSCar, porque o empreendimento estava sendo bem sucedido nessa atividade, porém, por conta da não-formalização da proposta, ficou impossível concorrer a uma licitação, que era o trâmite exigido pela Universidade para a ocupação desses espaços.

Nesse período ocorreu também a mudança do espaço físico. A produção era, até então, realizada no Laboratório 3Rs – Núcleo de Reciclagem de Resíduos da Universidade Federal de São Carlos, porém, o prédio estava em situação precária. O grupo entendeu que era muito arriscado permanecer ali e deu início às novas buscas por um espaço. À princípio, na própria UFSCar, pois, a intenção era permanecer dentro da universidade. Contudo, tal propósito não foi mais possível.

Como a participação do Recriart no movimento da economia solidária no município era consistente e constante, o grupo expôs a necessidade de um local para o desenvolvimento de suas atividades, seguindo como um espaço de diálogo. Desse modo, prontamente, o Centro Público de Economia Solidária acolheu o grupo. Então, a partir de março de 2017, as atividades passaram a ser realizadas no Centro Público de Economia Solidária do município, onde também se encontrava um ponto fixo de venda na perspectiva do comércio justo e solidário (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014; NuMI-EcoSol/UFSCar, 2021, *on-line*).

O Recriart já participava dos plantões nesse ponto de comércio justo e solidário, em esquema de escala, juntamente com outros 24 empreendimentos, desde dezembro de 2016, antes mesmo de sua mudança para o Centro Público de Economia Solidária. Foi nesse momento que os trabalhadores começam a lidar mais intensamente com a questão da desconstrução do estigma e dos mitos relacionados aos problemas de saúde mental com a rede de economia solidária. Embora já viessem trabalhando juntos em alguns momentos, tal proximidade fez com que algumas questões que se entendiam superadas viessem à tona. Eles perceberam no espaço uma oportunidade de vivenciar a verdadeira inclusão, porque vinham de um ambiente universitário, mais democrático, inclusivo e, por natureza, mais protegido no sentido das relações. Porém, em dezembro de 2017, o Recriart assumiu, exclusivamente, a responsabilidade por esse espaço de comércio justo,

uma vez que os outros empreendedores foram se retirando pela dificuldade nas vendas e responsabilidade de estar nos dias de plantão. Atualmente, trata-se de um ponto de vendas exclusivo do Recriart.

A ideia de montar um espaço para reprodução de cópias nesse espaço de comércio justo e solidário encontrou alguns entraves no início, mas foi amadurecendo ao longo do tempo e resolvendo as contrariedades por meio de vários diálogos. Algo precisava ser feito já que as máquinas haviam sido compradas e estavam paradas. Em meados de 2018, foi concedida a autorização e, em abril de 2018, foi inaugurado o xerox nesse espaço de comércio justo e solidário no Centro Público de Economia Solidária.

Durante todo o percurso histórico do Recriart, a posição do empreendimento no movimento de economia solidária foi sendo alicerçada. A criação do Recriart foi concomitante ao início do movimento da economia solidária no município de São Carlos. O empreendimento tem mantido participação ativa no movimento político de Economia Solidária do município, tendo conquistado uma cadeira no Conselho Municipal de Economia Solidária, além de compor dois projetos: a Rede Sanca e Projeto Rede Saúde Mental em conjunto com outros EES do campo da saúde mental do estado de São Paulo (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

No período compreendido entre meados de 2018 a meados de 2019, com o término do apoio material e recursos humanos (bolsistas), do NuMI-EcoSol/UFSCar, o grupo ficou sem nenhum tipo de apoio externo, nem de bolsistas e nem de recursos financeiros, para além da cessão do espaço físico que compreende também gastos com energia elétrica, água, telefone e internet. O Recriart buscou novamente sensibilizar a prefeitura municipal sobre a importância da ampliação do apoio ao grupo e, a partir de março de 2019, ocorreu a contratação de dois estagiários de Terapia Ocupacional por 20 horas semanais e a inclusão do grupo no Gerenciador de Informações da Administração Pública (GIAP), como uma unidade da secretaria de saúde. Dessa forma poderia solicitar materiais de consumo disponíveis na rede, tais como: materiais de escritório, de segurança, de limpeza, enfim, o que estivesse disponível na lista, com pedido quinzenal. Pode-se considerar este feito, um marco importante, como um embrião do futuro Centro de Convivência e Cooperativas a ser implantado na rede de saúde mental no município.

O Recriart trabalha de segunda a sexta-feira, porém, em horários diferenciados. A produção de papel e artesanato funciona sempre em meio período, revezando-se entre matutino e vespertino. O xerox e o espaço de comércio justo e solidário funcionam em horário comercial, isto é, das 9h às 17h.

As assembleias acontecem semanalmente, e o trabalho é organizado em comissões, porém, a dinâmica de trabalho pode variar conforme a necessidade. Atualmente, estão constituídas 7 comissões, a saber: papel, produção, acabamento, feira, finanças, compras e xerox. As retiradas ocorrem mensalmente, referentes aos dias trabalhados no mês anterior, conforme acordado em assembleia.

Entre as maiores dificuldades que o grupo enfrenta nos dias atuais destaca-se a questão da renda. A retirada mensal é pouco significativa e está bem aquém de ser considerada renda, podendo ser classificada como uma complementação. O desejo, porém, é que ela possa alcançar o valor de, ao menos, um salário mínimo.

Outros obstáculos para o Recriart incluem: a) a idealização e criação de novos produtos, para atender as demandas do mercado e, para tanto, seria fundamental o auxílio de um *designer*; b) a logística das vendas, porque o empreendimento participa semanalmente de 4 pontos de vendas externos, dois deles no período noturno, e esse deslocamento é atualmente realizado apenas com o carro próprio da profissional que acompanha e apoia o grupo. Há, portanto, necessidade imediata de apoio nesse sentido; c) maior suporte do poder público no sentido de que os espaços e serviços públicos adquiram produtos oriundos da economia solidária. Afinal, esse não é um entrave exclusivo do Recriart. Por exemplo, se todos os eventos organizados pela prefeitura adquirissem o “kit evento” produzido pelo empreendimento, as vendas seriam alavancadas exponencialmente; d) maior fortalecimento das redes de economia solidária, ou seja, a economia solidária adquirir produtos provenientes da própria economia solidária.

Ao longo de todos esses anos de existência, o Recriart passou por várias fases e o maior avanço observado é a conquista de um lugar social, especialmente nos últimos 3 anos, com a mudança de espaço físico, quando o grupo passou a ocupar um local que não era tão protegido pelas disputas impostas. Vale destacar que essas disputas ocorreram tanto pelo espaço físico, muitas vezes bastante hostis, quanto por disputa de mercado.

O espaço de comércio justo e solidário é aberto ao público, está localizado em região central do município, com grande fluxo de pessoas, que nem sempre são tolerantes a erros.

Apesar disso, é nítido o crescimento e o amadurecimento do grupo, além da melhora ocorrida nos produtos em termos de qualidade. Hoje em dia, o grupo sente-se tranquilo e seguro para assumir qualquer encomenda, por maior que seja. É visível também o quanto

o grupo vem incorporando e praticando a autogestão, tanto nas relações diárias quanto nas escolhas – de novos membros, dos horários de trabalho, do que querem e não querem fazer, do que gostam ou desgostam. Há no Recriart um lugar de fala e a oportunidade de poderem questionar e se posicionarem. Mesmo diante de tantos ganhos ao longo dos anos, o grupo entende que ainda há muito a ser construído e aprimorado. Além disso, tem ampliado também seus pontos de vendas externos. Estão negociando a incorporação de mais um ponto de venda fixo, juntamente com a rede de economia solidária do município. A expectativa é que, expandindo as vendas, aumentem também as retiradas mensais para os trabalhadores, melhorando sua renda.

O Recriart vem resistindo a todas as mudanças impostas ao longo desses anos de existência e, embora a atual conjuntura política e econômica seja desfavorável, o grupo segue acreditando na força do movimento da economia solidária que, para além de ganhos materiais, propicia inúmeras outras conquistas e tem se mostrado um importante instrumento de inclusão social por meio do trabalho, além da oportunidade de exercício do direito ao trabalho e cidadania, como vimos neste relato.

Após todas as conquistas, mas também algumas adversidades supracitadas da história de trajetória do Recriart, mais um desafio se mostrou imposto e revelador. Por ironia do destino este obstáculo foi oriundo do campo ao qual o Recriart pertence: a Saúde Pública. A pandemia da COVID-19 assolou as pessoas, sobretudo, aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Dada esta realidade, o Recriart teve que se adaptar, ao passo que suas relações estavam intrinsecamente ligadas com a interação social. Ou seja, este cenário possibilitou uma maior união interna e um sentimento de proteção entre os membros para resistir a este desafio.

Foi acordado que os empreendedores com comorbidades e maiores de sessenta anos realizariam os trabalhos em *home office* e os demais se dividiriam nos dias da semana para evitar aglomeração e respeitar os protocolos sanitários da pandemia. O movimento de economia solidária, preocupado com a segurança alimentar dos empreendedores, forneceu cesta básica aos seus membros, e o Recriart foi um dos projetos contemplados. Isto mostra que o ideal da economia solidária que é o amparo múltiplo e recíproco não se fragilizaram, e sim, se consolidaram em face aos desafios.

A seguir, apresentamos a Figura 1 com a linha do tempo do Recriart, composta pelos principais e relevantes eventos.

Figura 1: Diagrama com os principais eventos do Recriart.



Elaboração: as autoras.

4 DISCUSSÃO

O Recriart optou por não adotar uma figura jurídica ao longo de seus mais de 14 anos de existência. Nesse sentido, a literatura aponta que há um grande número de empreendimentos econômicos solidários (EES) que optam por se manter na informalidade em consequência do alto custo e da demanda de exaustivos esforços e paciência para o registro, pois são inúmeras as exigências burocráticas (SINGER, 2009).

No caso de empreendimentos do campo da saúde mental, a opção pela informalidade relaciona-se, direta ou indiretamente, ao medo que seus membros-trabalhadores têm de perder o benefício, uma vez que existe uma incompatibilidade legislativa entre previdência social e geração de renda, ou seja, por mais que a renda gerada seja muito baixa, ainda há a compreensão de que pessoas que recebem qualquer tipo de benefício da previdência não podem ter nenhum outro tipo de renda (LUSSI; MATSUKURA; HAHN, 2010). Isso é um contrassenso que, esperamos, seja resolvido com a atualização e regulamentação da Lei do Cooperativismo Social.

Trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC), oferecido pela Assistência Social e corresponde a um tipo de ajuda mensal equivalente a um salário mínimo que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) proporciona a: idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho (INSS, 2021). Apesar desse entrave já ter sido pauta de inúmeras discussões, não houve nenhuma mudança nesse sentido.

O Recriart é um exemplo disso, uma vez que permanece na informalidade exatamente por esse motivo, assumindo todas as consequências advindas dessa escolha, até que a legislação do cooperativismo social não se torne uma possibilidade de formalização para ele e para outros empreendimentos com as mesmas características.

Uma das consequências da informalidade é a não possibilidade de participação em processos de licitação. Como exemplo podemos citar o momento em que o Recriart se vê obrigado a fechar o espaço de xerox dentro da UFSCar por motivos de reforma do espaço físico, que havia conseguido por

meio do DCE, e não consegue reabri-lo em outro local dentro da universidade, pelo fato de não poder participar de uma licitação.

Segundo Gaiger (2007, p. 73), “a longevidade dos EES até certo ponto está ligada à sua forma de organização”. Na grande maioria dos casos, os empreendimentos surgem como grupos informais e, posteriormente, quando estão melhor estruturados, registram-se como cooperativas ou associações. Essa não é a realidade observada no Recriart, uma vez que, apesar de sua longevidade, estruturação e consolidação, mantém-se na informalidade por opção de seus membros. No entanto, é vinculado à Associação *Inclui Mais*, que presta apoio contábil/burocrático à Rede de Saúde Mental e Economia Solidária. Tal vinculação permite a emissão de nota fiscal nas vendas, quando necessário.

Como vimos anteriormente, o Recriart foi constituído por meio da parceria firmada entre o CAPS II e o NuMI-EcoSol/UFSCar, e o apoio de ambas as instâncias foi fundamental para sua estruturação e manutenção. Retomando a Linha do Tempo, observamos que ele foi muito apoiado pela prefeitura municipal ao longo de seus 7 primeiros anos de existência (de 2006 a 2013), quando houve a mudança na gestão municipal. Em virtude disso, houve uma reconfiguração na parceria, dentro da qual ressaltamos que alguns vínculos ainda se mantêm concretos e bem estabelecidos. Observamos isso tanto no que diz respeito à profissional que acompanha e apoia o grupo e é funcionária da prefeitura municipal, quanto no que se refere ao espaço físico que o Recriart ocupa atualmente (Centro Público de Economia Solidária), um espaço público mantido pela prefeitura municipal – aluguel e manutenção do prédio quanto às despesas do tipo água, energia elétrica, telefone e internet. Nesse sentido, existe uma grande dependência dos recursos públicos, que talvez sejam os possibilitadores da continuidade das atividades.

De 2006 a 2018 o Recriart foi apoiado pela equipe do NuMI-EcoSol/UFSCar de maneira bastante intensa e diária. A partir de então, por motivos de mudanças políticas no Brasil e consequentes cortes de verbas às universidades federais, mas também, em função das necessidades do Recriart, naquele momento, de assessorias mais pontuais, esse apoio também

sofreu uma reconfiguração. O NuMI-EcoSol/UFSCar não participa do processo de incubação cotidianamente como aconteceu durante longos anos, mas ele ainda está muito vinculado ao Recriart. Da equipe de incubação, permaneceu uma docente que presta assessoria pontual ao grupo a depender da demanda. Além disso, vários equipamentos usados pelo Recriart foram adquiridos com verbas oriundas de projetos, com os quais o NuMI-EcoSol/UFSCar concorreu e ganhou.

No processo de incubação de um EES, a formação dos membros – profissionais e usuários de serviços de saúde mental – para atuarem na economia solidária merece um destaque especial. É possível identificar na Linha do Tempo o reconhecimento pelo apoio e assessoria oferecidos pelo NuMI-EcoSol/UFSCar.

Destacamos aqui a importância do trabalho realizado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que são entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária. “São organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (BRASIL, 2006b, p. 13). As ITCPs auxiliam os EES na busca por estratégias, a fim de contornarem os principais desafios e, para tanto, fornecem capacitação às pessoas com o intuito de formar um espectro de profissionais aptos a atuarem nos empreendimentos (SINGER, 1999).

Diante do exposto, é possível afirmar que, embora se reconheçam algumas mudanças e conseqüentes perdas em relação aos apoios recebidos tanto em relação à prefeitura municipal quanto ao NuMI-EcoSol/UFSCar, o Recriart continua amparado por ambas as instâncias, evidenciando que o grupo conta, ainda que em menor escala, com recursos públicos.

Salientamos a relevância da construção destas parcerias que viabilizaram desde a criação do grupo, sua sustentabilidade econômica, crescimento e desenvolvimento dentro dos princípios da economia solidária. Tais parcerias reforçam, ainda, a diretriz do Ministério da Saúde sobre a

importância da intersectorialidade no processo de inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico (BRASIL, 2005b).

Da mesma forma que a criação do Recriart só foi possível mediante o estabelecimento de tais parcerias, sua continuidade está fortemente vinculada a elas. Em caso de rompimento total dessas parcerias, o Recriart estaria fadado à descontinuidade e provável encerramento das atividades, uma vez que o valor advindo da comercialização de seus produtos é pequeno e insuficiente para manutenção das despesas mensais do empreendimento, além das retiradas de seus trabalhadores.

De forma geral, a literatura aponta para a importância dos apoios estatais aos empreendimentos econômicos solidários e/ou iniciativas de inclusão social pelo trabalho. A relevância do papel do Estado junto às iniciativas de inclusão social pelo trabalho é inegável. Isso sendo pensado tanto para o desenvolvimento dessas experiências quanto para a superação de situações adversas, que são possíveis somente mediante a intervenção dele (BHOWMIK, 2005).

Quijano (2005), referindo-se aos apoios financeiros – especialmente aqueles advindos do Estado – afirma que, quando esse apoio cessa ou diminui, sobrevêm grandes dificuldades financeiras que podem conduzir ao desaparecimento da iniciativa. Quando há a diminuição destes recursos, pode haver limitação de seu desenvolvimento e crescimento, chegando ao ponto de, na ausência destes, tornar-se inviável a manutenção de qualquer atividade contínua e adequadamente rentável.

Olhando para a Linha do Tempo do Recriart foi possível tecer essas reflexões e afirmar que o Recriart é uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho condizente com as premissas descritas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária (BRASIL, 2006a), visto que ele: possibilita o processo emancipatório de seus membros; favorece a participação destes na comunidade; incentiva a autogestão e a participação democrática; permite a inclusão em redes de comercialização, rede de oportunidades e fóruns de economia solidária; busca o aprimoramento das habilidades profissionais e das técnicas de produção e comercialização; busca parcerias,

tanto técnica quanto de participação na vida social e comunitária; e fortalece a contratualidade social de seus trabalhadores promovendo sua efetiva participação na vida social.

5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como limitação deste estudo, identificamos a fragilidade de termos como informante/relatora apenas uma profissional. Se, por um lado, a entrevista com ela nos possibilitou contar a história do Recriart de maneira cronológica e ininterrupta, por outro lado, identificamos a fragilidade de um relato único, podendo ter ficado de fora alguns fatos ou acontecimentos que pudessem ser trazidos à tona por meio da perspectiva de outros informantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da Linha do Tempo do Recriart permitiu, além da elaboração do percurso histórico do empreendimento, identificar a preocupação de uma equipe profissional comprometida com as propostas da Reabilitação Psicossocial e o esforço para a implantação de uma experiência de inclusão social pelo trabalho nos moldes da economia solidária. O empenho e a dedicação da equipe, aliados ao apoio de duas parcerias – prefeitura municipal e NuMI-EcoSol/UFSCar – foram fundamentais para a construção e transformações do Recriart ao longo dos anos.

Destacamos o potencial de emergência do trabalho nos moldes da Economia Solidária, uma vez que permite às pessoas em sofrimento psíquico a vivência de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real, as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Para tanto, vale ressaltar que, apesar dos benefícios oriundos dos projetos de inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, frequentes reflexões, discussões e atualizações se fazem necessárias para que essa temática promova transformações sociais, inclusão e emancipação social de fato.

Esperamos que este artigo contribua para a produção de conhecimento sobre as iniciativas de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da

economia solidária, especialmente, a partir dos enfrentamentos das inúmeras dificuldades que atravessam o dia-a-dia de iniciativas como estas, mas também a partir das experiências exitosas que demarcam sua resistência e resiliência, sobretudo, em tempos de grandes perdas e desinvestimentos para o campo da saúde mental e da inclusão social pelo trabalho.

AGRADECIMENTO

Agradecemos pelo financiamento da pesquisa:

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

REFERÊNCIAS

ALVES, G. O. **Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial**. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BARBERIO, I.C.; BORGES, E.S.; LUSSI, I.A.O.; BULHÕES, L.D.S. *et al.* Incubação do Recriart: parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal de São Carlos. In: PINHO, K.L.R.; PINHO, L.P.; LUSSI, I.A.O.; MACHADO, M.L.T. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. p. 209-224.

BHOWMIK, S. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 369-400.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.169/GM** de 7 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e dá outras providências. Brasília, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária**, instituído pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005. Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, n. 96, seção 1, 21 de maio de 2013.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. 4. ed. São Paulo: Atual Editora, 1987.

CFES NACIONAL. Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. **Sistematização de experiências da economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização**. Brasília: CFES Nacional, 2012.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, p. 57-77, dezembro, 2007.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. **Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC)**. Internet. Site. Disponível em:

<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>. Acesso em 11 set. 2021.

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 284-291, 2010.

MARTINS, R. C. A. **Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção**. 2009.193f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NuMI EcoSol/UFSCar. Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, 2021. Internet. Site. Disponível em: <http://www.numiecosol.ufscar.br/numi-ecosol>. Acesso em 08 abr. 2021.

PINHO, K. L. R. **Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo**. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 473-514.

RECRIART. Reciclando e Fazendo Arte, 2021. Internet. Site. Disponível em: <https://www.facebook.com/recriartempreendimento/>. Acesso em 07 abr. 2021.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 329-367.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, L. B. H. **Inclusão social pelo trabalho**: estudo comparativo entre as políticas públicas de saúde mental do Brasil e da Inglaterra. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SAYEG, E. **Desafios da intersectorialidade entre trabalho e saúde mental**. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICCO, E.M.; RAICHELIS, R. **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: PUC-SP, 1999, p. 55-66.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 83-129.

SINGER, P. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego. **Mercado de Trabalho**, v. 39, p. 43-48, maio, 2009.